



SOCORRO CLÁUDIA TAVARES DE SOUSA  
AMANDA BRAGA  
(ORG.)

# A DIMENSÃO POLÍTICA DA LÍNGUA(GEM)

PERSPECTIVAS DA LINGUÍSTICA APLICADA E DAS TEORIAS DO DISCURSO



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

---

S725d Sousa, Socorro Cláudia Tavares de; Braga, Amanda (orgs.).  
A dimensão política da língua(gem): perspectivas da linguística aplicada  
e das teorias do discurso /  
Organizadoras: Socorro Cláudia Tavares de Sousa e Amanda Braga.  
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2024;  
figs.; quadros.  
  
Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-217-0477-5.  
  
1. Análise do Discurso. 2. linguística. 3. Linguística Aplicada.  
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

---

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Formação de professores – Estágios. 370.71
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística aplicada. 468

SOCORRO CLÁUDIA TAVARES DE SOUSA  
AMANDA BRAGA  
(ORG.)

# **A DIMENSÃO POLÍTICA DA LÍNGUA(GEM)**

PERSPECTIVAS DA LINGUÍSTICA APLICADA E DAS TEORIAS DO DISCURSO

Copyright © 2024 – Das organizadoras representante dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Laiza Silva

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: ACESSA Design

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

### CONSELHO EDITORIAL:

**Angela B. Kleiman**

(Unicamp – Campinas)

**Clarissa Menezes Jordão**

(UFPR – Curitiba)

**Edleise Mendes**

(UFBA – Salvador)

**Eliana Merlin Deganutti de Barros**

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

**Eni Puccinelli Orlandi**

(Unicamp – Campinas)

**Glaís Sales Cordeiro**

(Université de Genève – Suisse)

**José Carlos Paes de Almeida Filho**

(UNB – Brasília)

**Rogério Tilio**

(UFRJ – Rio de Janeiro)

**Suzete Silva**

(UEL – Londrina)

**Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva**

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil – 2024

---

## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO – A LÍNGUA(GEM), A POLÍTICA E OS SUJEITOS 9**

Socorro Cláudia Tavares de Sousa

Amanda Braga

### **ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE PODER (ELP): CONSTRUTO TEÓRICO PARA A POLÍTICA LINGUÍSTICA (PL) 21**

Marcus Vinícius Freitas Mussi (UFCG)

### **CONTRIBUIÇÕES DE UMA ABORDAGEM PLURILÍNGUE PARA AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NOS PLANOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA 41**

Angela Erazo Munoz (UFPB)

Valdilena Rammé (UFC)

### **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DOS ESTADOS UNIDOS: AGÊNCIA POLÍTICO-LINGUÍSTICA NO PERÍODO DILETANTE (1816-1919) 75**

Cynthia Israelly Barbalho Dionísio Soares (UFPB)

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

### **UM OLHAR GLOTOPOLÍTICO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS 101**

Andrea S. Ponte (UFPB)

**O MOVIMENTO HISTÓRICO DA PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA EM MATERIAIS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS NO BRASIL** **115**

Kátia Cristina Cavalcante de Oliveira (UECE)

**A CONSTRUÇÃO DE UM PADRÃO EXONORMATIVO PARA O PORTUGUÊS DO BRASIL** **143**

Francisco Eduardo Vieira (UFPB)

Carlos Alberto Faraco (UFPR)

**SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS LETRADAS ACADÊMICAS NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES DE ORIENTADORES E ORIENTANDOS DA ÁREA DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES** **181**

Regina Celi Mendes Pereira (UFPB)

Evandro Gonçalves Leite (IFRN)

Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa (UERN)

**PROTAGONISMO DOCENTE E AS EXPRESSÕES DA ALTERIDADE EM CONTEXTO DE ENSINO REMOTO** **207**

Eliete Correia dos Santos (UEPB/UFCG)

Maria de Fátima Almeida (UFPB)

Josenilda Santos Luiz (SEC/PB)

**“OUSE SER VOCÊ MESMO”: A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, O PROJETO DE VIDA E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES AUTOGESTORAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARAIBANA** **235**

Izaías Serafim de Lima Neto (UNIFAP)

Francisco Vieira da Silva (UFERSA)

**DISCURSO DA DISCÓRDIA, SILENCIAMENTOS  
E RESISTÊNCIAS: A FALA FEMININA NA ARENA POLÍTICA** 265

Carlos Piovezani (UFSCar)

Amanda Braga (UFPB)

**TRANSDISCIPLINARIDADE COMO POSTURA  
SOCIOPOLÍTICA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA:  
ARTICULANDO EPISTEMOLOGIAS E COSMOVISÕES AFRO-  
DIASPÓRICAS E INDÍGENAS COM OS ESTUDOS CRÍTICOS  
DO DISCURSO NO BRASIL** 291

Fábio Alexandre Silva Bezerra (UFPB)

Litiane Barbosa Macedo (UFSC)

**SENSO CARNAVALESCO DE MUNDO NO POSICIONAMENTO  
AXIOLÓGICO DE RESISTÊNCIA EM CHARGES PUBLICADAS  
NO FACEBOOK** 317

Pedro Farias Francelino (UFPB)

Manassés Morais Xavier (UFMG)

**SOBRE OS AUTORES E AUTORAS** 349



A P R E S E N T A Ç Ã O

---

## A LÍNGUA(GEM), A POLÍTICA E OS SUJEITOS

Socorro Cláudia Tavares de Sousa  
Amanda Braga

*Os usos linguísticos podem ser o espaço da pertença, mas também da exclusão, da separação e até da eliminação do outro. Por isso, a língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes.*

(José Luiz Fiorin)<sup>1</sup>

Foi Aristóteles quem afirmou, há mais de 2 mil anos, que todos os animais são políticos: o ser humano, sobretudo, em virtude da linguagem<sup>2</sup>. A relação construída pelo filósofo entre linguagem, política e sujeitos não é simples e, por isto mesmo, não deixou de ser retomada, problematizada de muitas formas e em distintos tempos. Uma ilustração de tal relação é a história do personagem Igualdade 7-2521, narrada na obra *Cântico*, de Ayn Rand. Igualdade 7-2521 vive em uma sociedade futurista, caracterizada por um coletivismo no qual

---

1 FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. *Alea*, v. 11, n. 1, p. 148-165, 2009. p. 164.

2 ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. São Paulo: Madamu, 2021.

a exclusão do indivíduo é tamanha que não há formas de expressão linguística do “eu”, “meu”. Na cena abaixo, a personagem Excelente não encontra formas linguísticas capazes de expressar “eu te amo”, numa demonstração do quanto a interdição do dizer é capaz de (des) construir os sujeitos.

Hoje, Excelente pararam de repente e disseram:

“Amamos vocês”.

Depois disso, franziram as sobrancelhas, balançaram a cabeça e olharam para nós vulneravelmente:

“Não”, sussurraram, “não é isso que pretendíamos dizer”.

Fizeram silêncio, depois falaram lentamente, e suas palavras eram hesitantes como a fala de uma criança que aprende a falar pela primeira vez:

“Nós sozinhas... sozinhas... apenas nós... amamos unicamente vocês... sozinhos e apenas vocês”.

Olhamos nos olhos um do outro e soubemos que o sopro do milagre havia nos tocado e depois partido, nos deixando à procura dele em vão.

*Nos sentimos despedaçados, despedaçados por alguma palavra que não conseguimos dizer.*<sup>3</sup>

Fica evidente na narrativa o modo como o exercício linguageiro atua na construção do real, concebendo a ideia que temos sobre a própria língua(gem), sobre nós mesmos e sobre o mundo<sup>4</sup>. Em *Cântico*, o controle da linguagem dá sustentação ao regime político totalitário. Para além do campo literário, os estudos da linguagem também têm demonstrado o pressuposto de que a língua tem uma dimensão política.

---

3 RAND, Ayn. *Cântico*. Trad. André Assi Barreto. São Paulo: Vide Editorial, 2015. p. 96 (grifos nossos).

4 JOSEPH, John E. *Language and politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

Mas para chegarmos à compreensão de tal premissa, um primeiro passo seria delimitar, precisamente, o que é, afinal, a política, e de que modo a tomamos. É Aristóteles quem propõe um dos conceitos mais comuns e longevos do termo: a política, opondo-se à esfera privada, diria respeito ao poder do Estado, mais precisamente ao exercício do poder governamental, à política partidária e aos jogos de oposição e enfrentamento que aí se processam<sup>5</sup>. Não por acaso, frequentemente falamos em “política de Estado”, “estratégia política”, “greve política”, “crime político” etc. Mas o termo não se esgota na dimensão do Estado, do governo e dos embates eleitorais. Pelo contrário, são cada vez mais numerosas as expressões que deslocam e ampliam seus sentidos para outras esferas de atividade, como “políticas identitárias”, “políticas do corpo”, “políticas do afeto”. E nestes casos, “a política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes. Isso permite incorporar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana”<sup>6</sup>.

Nessa esteira, falar de língua e de política na área da Linguística, não significa explorar somente o discurso governamental, partidário, propriamente dito, mas investigar a relação entre língua e poder nas distintas instâncias em que ela se processa: i) nas práticas de fala e de escrita e em suas interpretações nos embates sociais. Incluímos, aqui, as valorações das variedades e variantes linguísticas, consideradas erradas, certas, feias, bonitas; ii) nas escolhas linguísticas orientadas por aspectos como gênero discursivo, contexto retórico, dentre outros elementos, os quais permitem criar, fomentar ou esconder identidade(s) social(is). Aqui, incluímos o policiamento da linguagem, reputando o que é “politicamente correto” dizer a fim de não ser ofensivo com o outro; iii) no reconhecimento de qual língua é oficial, de qual língua e/ou norma linguística deve ser ensinada e aprendida na educação formal; iv) na definição e na distinção do que seja uma língua

---

5 Aristóteles, op. cit.

6 Fiorin, op. cit. p. 148.

(e.g. portunhol) em relação às outras. Em todas essas instâncias, corroboramos com Joseph a ideia de que “a política permeia a língua (e vice-versa)”<sup>7</sup>.

Assim sendo, falamos de uma política que perpassa, constitui e funciona no âmbito social, tendo na língua(gem) um meio de produção, exercício e manutenção do poder. Sabemos que a língua não é uma nomenclatura simplesmente, que serviria para nomear os seres, o mundo e os fenômenos. A língua contribui decisivamente para a construção da realidade, na medida em que impõe aos falantes determinadas formas de expressão e, com isto, determinadas formas de organização social. É didático o exemplo apresentado por Fiorin: “em português, chama-se *posse* a investidura, por exemplo, na Presidência da República; em inglês, *inauguration*; em francês, *investiture*. A palavra portuguesa dá ideia de assenhorear-se de alguma coisa, de domínio; a inglesa indica apenas começo; a francesa diz respeito ao recebimento de uma função. Esses termos têm, sem dúvida, relação com a maneira como concebemos o poder do Estado”<sup>8</sup>.

Nesse sentido, a língua exerceria poder sobre os sujeitos na medida em que lhes obrigaria a exprimir a realidade a partir de suas categorias: apenas fora da língua haveria liberdade e, no entanto, não podemos exprimir-nos em seu exterior. É o que diz Barthes<sup>9</sup> a partir da Semiologia. Para ele, a língua é “fascista”, justamente porque nos obriga a dizer de dado modo. Em outras palavras, o sistema da língua formata a expressão linguística dos indivíduos, definindo o que é possível dizer e não dizer a partir de sua “estrutura”. Para o autor, essa “opressão” é uma forma de poder da língua sobre os indivíduos e essa perspectiva visa criticar o desenvolvimento da Linguística, na década de 70, que se direcionava para uma abordagem formalista. Para fugir dessa forma de poder da língua, Barthes propõe “trapacear

---

7 Joseph, op. cit., p. 1.

8 Fiorin, op. cit., p. 150.

9 BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 2007.

com a língua, trapacear a língua”<sup>10</sup> a partir da literatura. Assim, seria somente através da escrita literária que os significados poderiam assumir outros *valores* (no sentido saussuriano), estabelecendo outras relações entre *significantes* e *significados*.

Sem nos conduzir por essa crítica ao Estruturalismo e já falando do lugar de uma “Linguística da Enunciação”, compreendemos que a política é constitutiva da língua. Ou seja, não teríamos dois objetos que se interseccionam (língua e política), mas um objeto de investigação – língua – que admite um viés político. Neste livro, propomo-nos a discutir esse viés a partir de duas áreas da Linguística: a Linguística Aplicada e as Teorias do Discurso.

Naquilo que concerne à **Linguística Aplicada (LA)**, essa dimensão política pode ser flagrada a partir de uma visão ampliada de LA, a qual é compreendida como uma área interdisciplinar e transdisciplinar que investiga problemas que envolvem a língua(gem) nas práticas sociais em diferentes contextos (sala de aula, clínica médica, campo empresarial, mídia etc.). Esses problemas de uso da linguagem, por sua vez, podem ser identificados, analisados, e/ou solucionados a partir de distintas perspectivas teóricas e/ou metodológicas. Essa visão implica a utilização de aportes epistemológicos da Linguística, mas não somente, possibilitando a utilização de enquadres de outras áreas do conhecimento (Psicologia, Sociologia etc.), bem como a construção de noções teóricas e/ou percursos metodológicos próprios<sup>11</sup>. Portanto, na LA, explorar as práticas situadas da língua(gem) envolve abordar a relação entre língua e sociedade, entre língua e poder.

Na presente obra, essa relação é explorada a partir da área da Política Linguística, em vários capítulos. Marcus Vinícius Freitas Mussi, em *Estratégias linguísticas de poder (ELP): construto teórico para a Política Linguística (PL)*, apresenta um esboço teórico que visa expli-

---

10 Barthes, op. cit. p. 16.

11 Concepção de LA oriunda da International Association of Applied Linguistics (AILA) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Informações disponíveis nos respectivos sites das associações: <https://aila.info/> e <https://alab.org.br/home>.

car as escolhas político-linguísticas dos usuários da língua. A partir da análise de diferentes textos, o autor expõe um conjunto de estratégias de poder de natureza explícita (sarcasmo, associação linguística regional pejorativa, analogia depreciativa, endossamento argumentativo) e implícita (adjetivação lúdica, repetição corregedora, simulação discursiva para convencimento, eufemismo seletivo, metáfora dicotômica e desfoque tático). As ELP constituem um enquadre teórico autoral, apresentando-se como uma proposição eminentemente brasileira na área de Política Linguística.

Ainda dentro dessa área, Angela Erazo Munoz e Valdilena Rammé, em *Contribuições de uma abordagem plurilíngue para as políticas linguísticas nos planos de internacionalização acadêmica*, defendem a tese de que o plurilinguismo, no processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras (IES), favorece a produção e a divulgação do conhecimento científico, facilita a mobilidade regional e os processos de integração regional. As autoras analisam os Planos de Internacionalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) como pano de fundo para levantar discussões e reflexões sobre as políticas e ideologias linguísticas voltadas à internacionalização. Através deste capítulo, fica evidente o papel político das línguas na gestão da internacionalização e a necessidade de redefinição das políticas linguísticas a fim de promover uma verdadeira diversidade linguística e cultural nas universidades brasileiras.

Explorando ainda o contexto universitário, porém no âmbito dos Estados Unidos da América, Cynthia Israelly Barbalho Dionísio Soares e Socorro Cláudia Tavares de Sousa, em *O ensino de língua portuguesa em instituições de ensino superior dos Estados Unidos: a agência político-linguística no período diletante (1816-1919)*, historicizam o ensino dessa língua desde o primeiro registro de oferta de um curso de português, ocorrido em 1816, até a publicação do primeiro artigo em defesa do aprendizado da língua portuguesa, em 1919. Trata-se

de uma pesquisa com abordagem epistemológica qualitativa e interpretativista, realizada por meio dos métodos de pesquisa documental e bibliográfica. No capítulo, é evidenciado que os primeiros cursos, as primeiras gramáticas e os primeiros defensores do ensino do idioma no ensino superior norte-americano tinham como foco a pesquisa filológica e a apreciação da literatura lusa, e que a agência político-linguística de diferentes atores lançou as bases para a inserção efetiva de políticas de ensino de português em instituições de ensino superior nos Estados Unidos.

Assumindo o pressuposto de que “linguagem e política são indissociáveis” é que Andrea S. Ponte, em *Um olhar glotopolítico sobre a formação de professores de línguas*, defende a tese de uma política de formação docente crítica. Essa formação perpassa necessariamente a inclusão de saberes glotopolíticos com enfoque na inclusão das ideologias linguísticas. Para a autora, ser professor de línguas vai além da proficiência linguística propriamente dita, do estudo da dimensão fonética, morfológica, sintática e semântica da língua, mas significa também incluir uma dimensão social e política da língua no processo formativo de professores.

Mudando a temática da formação de professores para o ensino de línguas propriamente dito, Kátia Cristina Cavalcante de Oliveira, em *O movimento histórico da padronização linguística em materiais didáticos de português no Brasil*, desvela como se caracteriza a ideologia da padronização do português em três Manuais de Professores/Livros Didáticos de Português (MP/MPL) datados, respectivamente, dos anos 1970, 2006 e 2018. A pesquisadora conclui que a cultura da padronização sempre esteve presente nesses materiais, mesmo quando estes reverberam discursos da diversidade, da mudança e da variação presentes em políticas linguísticas oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Através deste capítulo, é possível constatar, de forma empírica, que a escolha da norma linguística a ser ensinada e aprendida na escola é uma decisão pedagógica, mas, principalmente, política.

Refletindo, agora, sobre certo imaginário linguístico que historicamente se formou no Brasil, Francisco Eduardo Vieira e Carlos Alberto Faraco, em *A construção de um padrão exonormativo para o português do Brasil*, historicizam alguns eventos que estiveram vinculados tanto ao processo de fixação de uma norma-padrão para o Brasil a partir do século XIX, quanto à difusão de uma cultura do erro. Para tanto, os autores consideram a realidade sociolinguística do Brasil Colônia; arrolam asserções que, desde o século XVI, imputam deficiências à língua portuguesa falada em territórios colonizados por Portugal; e apresentam críticas gramaticais e polêmicas que trouxeram a questão da língua para o centro dos debates intelectuais brasileiros nos séculos XIX e XX, resultando na construção de um “padrão exonormativo” para o português do Brasil. Em suma, os autores discutem a construção de um imaginário linguístico coletivo que pautou e continua pautando a atribuição de sentidos negativos à variação linguística nos espaços extraeuropeus.

Adentrando na área dos Letramentos Acadêmicos, Regina Celi Mendes Pereira, Evandro Gonçalves Leite e Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa, em *Significados das práticas letradas acadêmicas na iniciação científica de estudantes de ensino médio: concepções de orientadores e orientandos da área de Linguística, Letras e Artes*, investigam os significados do letramento acadêmico na iniciação científica no âmbito do Ensino Médio a partir da perspectiva dos orientandos e orientadores. Como conclusão, os autores destacam a consciência da mediação da linguagem na construção do conhecimento científico. Neste capítulo, a dimensão política da língua se apresenta na participação dos estudantes em práticas de leitura, de escuta e de escrita de gêneros do domínio acadêmico, conferindo-lhes capacidades linguísticas e competência política compreendida, aqui, como a que diz respeito à formação cidadã dos indivíduos.

As **Teorias do Discurso**, por seu turno, contemplam a dimensão política da língua(gem) na medida em que consideram o funciona-

mento do poder como sendo intrínseco ao funcionamento do discurso. Ora, os discursos são concebidos como elementos em que se materializam as diferentes ideologias de uma sociedade, como um universo que determina o que podemos ou não podemos dizer e, finalmente, como um processo em que se constituem os sentidos das coisas ditas<sup>12</sup>. Assim, a filiação a determinadas ideologias, em conjunto com os mecanismos de controle do discurso, faz com que não seja possível a qualquer um falar de qualquer coisa em qualquer circunstância. As lutas de classes e as relações de poder entre distintos grupos sociais e entre os sujeitos produzem a rarefação do discurso. Dito de outro modo, os consensos e os conflitos sociais controlam, selecionam, organizam e redistribuem os direitos e as interdições do dizer: o que pode ser dito, quem pode dizê-lo, de que maneira e em quais circunstâncias, instaurando uma repartição desigual entre os sujeitos e, por conseguinte, entre as coisas ditas, entre as condições de dizibilidade e entre os modos do dizer<sup>13</sup>. Isto significa que não há neutralidade na (re)produção do discurso: trata-se aí de um processo orientado pelas relações de poder e, portanto, orientado politicamente.

Partindo de tais pressupostos, este livro traz o capítulo escrito por Eliete Correia dos Santos, Maria de Fátima Almeida e Josenilda Santos Luiz. Intitulado *Protagonismo docente e as expressões da alteridade em contexto de ensino remoto*, o capítulo discute as singularidades identitárias do protagonismo docente em contexto de ensino remoto, bem como os pressupostos da alteridade nas relações dialógicas estabelecidas nas práticas discursivas. Fundamentado na Análise Dialógica do Discurso, o capítulo é uma contribuição às reflexões que tematizam: i) o agir docente mediado pelas TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação); ii) as novas políticas educacionais para os usos e acesso às TDICs; e iii) a necessidade de formação tecnológica para a comunidade escolar.

---

12 PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

13 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 8-9.

Em “*Ouse ser você mesmo*”: a governamentalidade neoliberal, o projeto de vida e a constituição de subjetividades autogestoras em documentos oficiais da educação paraibana, Izaías Serafim de Lima Neto e Francisco Vieira da Silva investigam o Material do Educador, particularmente aquele intitulado *Aulas de Projeto de Vida*, das 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries das Escolas Cidadãs Integrais e Técnicas (ECIT) do estado da Paraíba. O objetivo dos autores é analisar, a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os discursos neoliberais que funcionam por meio das práticas educacionais dentro das ECIT paraibanas e analisar a construção de subjetividades nesses materiais. Em tais análises, os autores demonstram a incursão da política neoliberal na constituição de sujeitos estudantes autogestores, emotizados e cooptados conforme a governamentalidade neoliberal que sugere a conduta de si calcada na lógica mercadológica do capital humano e da forma-empresa.

Em *Discurso da discórdia, silenciamentos e resistências: a fala feminina na arena política*, Carlos Piovezani e Amanda Braga abordam os silenciamentos que se abatem sobre a fala das mulheres no cenário político partidário. Para tanto, partindo da Análise do Discurso, iniciam a discussão retomando o mito de Éris, nome grego da deusa Discórdia. Na sequência, analisam enunciados que tematizam o programa *Roda Viva* exibido em 2018, que teve Manuela D’Ávila como convidada, bem como os comentários feitos por Djamila Ribeiro, a partir do feminismo negro, a respeito do mesmo programa. O objetivo é tanto o de demonstrar que as discriminações e discórdias atribuídas à fala feminina se consolidaram historicamente e continuam a se perpetuar em nossos dias, quanto o de indicar que surgiram na sociedade brasileira de nossos dias posições igualitárias e feministas que lhes resistem, que as refutam e que se fazem ouvir.

O capítulo seguinte, escrito por Fábio Alexandre Silva Bezerra e Litiane Barbosa Macedo, tem por título *Transdisciplinaridade como postura sociopolítica de resistência e reexistência: articulando epistemologias e cosmovisões afro-diaspóricas e indígenas com os estudos críticos*

*do discurso no Brasil*. Aqui, articulando práticas de(s)coloniais e estudos críticos do discurso, os autores discutem conceitos alinhados a epistemologias e cosmovisões afro-diaspóricas e indígenas com base em uma noção de transdisciplinaridade que considera as perspectivas não hegemônicas de produção do conhecimento. O objetivo é o de tensionar práticas discursivas e sociais que revelam tanto opressões e invisibilizações relacionadas a aspectos socio-identitários interseccionais, quanto questões acerca do poder no discurso e da relação entre língua/linguagem e política.

Por fim, em *Senso carnavalesco de mundo no posicionamento axiológico de resistência em charges publicadas no Facebook*, Pedro Farias Francelino e Manassés Moraes Xavier discutem a constituição dialógica do posicionamento axiológico de resistência/ contrapalavra em charges de temática político-religiosa produzidas pelo chargista Jota Camelo. Para tanto, os autores partem da Análise Dialógica do Discurso e, mais particularmente, do princípio carnavalesco de mundo, para discutir o modo como o sujeito constrói seu posicionamento valorativo de insurgência e refrata o horizonte sócio-histórico político da gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. O objetivo é o de evidenciar que o humor e o riso carnavalesco concorrem para a construção de um ponto de vista de resistência ao que se apresentou como uma visão oficial de mundo no contexto político-religioso brasileiro dos últimos anos.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

*Socorro Cláudia Tavares de Sousa*

*Amanda Braga*

Julho de 2024